

## Notícias do Outro<sup>1</sup>

---

**Dinis Manuel Alves**

Os meios de comunicação ocupam, hoje em dia, um lugar estratégico na mediação dos discursos dos actores sociais e institucionais, mediação que corre a par com uma propalada debilidade das instituições de representação política tradicionais. Assiste-se a uma reconfiguração das mediações, como defende Barbero (1998: xiv). Desta forma, os meios de comunicação, não se limitando ao singelo papel de veiculadores das representações existentes, passam a ser encarados também como actores incontornáveis da vida pública, actores com palco confinado aos limites de uma região ou país, ou então, como muitas vezes sucede, alargando a sua influência ao todo mundial, chegam mesmo a constituir-se como ‘recursos diplomáticos e novas arenas para o diálogo internacional’: ‘Os media já não funcionam como meros observadores ou repórteres, que se ocupam da recolha de notícias, da selecção de certos pormenores, da construção de realidades e da sua representação ao público’ – assinala Dov Shinar (1997), considerando os jornalistas hodiernos ‘participantes e catalisadores de processos e decisões, especialmente no contexto internacional’.

---

<sup>1</sup> Este artigo é baseado na Oração de Sapiência proferida na Abertura Solene do Ano Lectivo 2008-2009, no Instituto Superior Miguel Torga. Coimbra, 12 de Novembro de 2008.

Em contraposição com a delegação de responsabilidades no ser humano que faz o mundo, sendo os media inocentes espelhos das glórias e desgraças da acção humana, impõe-se hoje a perspectiva dos media como co-responsáveis na escolha dos materiais necessários ao fabrico de tal espelho e co-responsabilidade tanto na escolha dos componentes que farão luzir o espelho, como em todos os defeitos de fabrico que consigamos detectar.

O controle de qualidade ao processo de fabrico do espelho-mundo reflectido pelos media aponta claramente para uma laboriosa e cuidada confecção da metade cimeira do objecto, fazendo reluzir o poderoso Norte; e para um desleixo preocupante na confecção da metade fundeira do espelho, esta com defeitos de fabrico que quase só deixam reflectir o vermelho-sangue, quando deixam reflectir alguma coisa. Porque há, também, na análise a esta parte fundeira, a constatação da resistência à reflectividade de muitas imagens de muitos países do hemisfério sul, países e gentes que, excluídos da mancha negra noticiosa espelhada nos telejornais, passam a integrar um grande deserto informativo, a cratera do olvido para onde os gatekeepers televisivos os remetem, de forma implacável.

Olhando para a parte fundeira do espelho mediático, Ignacio Ramonet (1998: 105-6) ali vê um Sul presente essencialmente em dois registos, ou duas atmosferas comunicacionais. O primeiro mora nos telejornais, registado com o apelido de inferno:

Tendo por base acontecimentos negativos de vários tipos, catástrofes naturais – terremotos, incêndios, inundações, erupções vulcânicas, furacões, secas – o Sul está presente sobretudo quando estes desastres significam drama, sofrimento e morte. Ou então, quando há desordens políticas: guerras civis, guerrilhas, insurreições, golpes de Estado, matanças, execuções. O Sul irrompe nos telejornais quase exclusivamente quando se verificam catástrofes políticas ou naturais. Para os cidadãos-telespectadores que vêem os telejornais, o Sul é essencialmente um inferno. É um lugar onde ocorrem todos os cataclismos, todas as desordens, todas as violências.

O paraíso surge, de forma simetricamente oposta, no discurso publicitário: ‘Fala de paisagens maravilhosas, de praias impolutas, de céus majestosos, de natureza virgem, de aborígenes afáveis, sorridentes e servis’.

O defeito não é de agora. De há muito que os pontos cardeais do mapa-mundo noticioso assinalam um rosa-norte e um negro-sul. A investigação científica, há décadas, que se vem debruçando sobre esta problemática, de Kaiser (1953) a Galtung e Ruge (1965), às pesquisas do CIESPAL (1967), dos estudos de Morris (1985) aos de Coatsworth e Rico (1989) e também de Lozano (1989). Estas referências são citadas por Jorge Pedro Sousa (Sousa sd). Neste contexto, Martyn Lewis, que foi um dos pivots mais destacados da BBC-TV, referia-se, há anos atrás, ao estudo da UNICEF, segundo o qual a maioria das pessoas pensava que 50 a 70% das crianças em todo o mundo estavam a morrer de fome — quando o número real é de 1 a 2%; e que só 20% das crianças entre os 6 e os 12 anos de idade frequentam a escola — quando quase 90% o fazem. ‘A maioria das pessoas imagina os países em desenvolvimento a partir das notícias sobre os desastres’, lamentava Lewis. Conclusão: “Os súbditos de Sua Majestade sabem cada vez menos sobre a realidade, organização e modo de vida de mais de 80% da população mundial. Ou seja, de cinco mil milhões de pessoas, dispersas pela África subsaariana, Índia, América Latina e outras zonas economicamente frágeis do globo’ (Pedersen 1994).

Estas pesquisas foram sendo efectuadas em paralelo com outra preocupação, esta tendente a perscrutar que papel estaria destinado aos mass media como factores propulsores do desenvolvimento das sociedades mais desfavorecidas. Como assinala Gifreu (1986: 51 ss.), os primeiros estudos com um sentido sistemático sobre o papel da comunicação e da informação nos processos de desenvolvimento surgiram nos anos 1950, nos Estados Unidos, tendo como obras mais marcantes, citadas por Gifreu, as de Deutsch (1953), Lerner (1958) e Rogers (1962). A corrente do método de índices ou de tipos ideais (Joselitz, 1960; Parsons, 1961) criou um modelo caracterizador das sociedades desenvolvidas, com variáveis/padrão que serviam, por contraponto, para pistar as sociedades subdesenvolvidas. A corrente ligada ao método de difusão ou de transculturação (Lerner 1958; Rogers 1962), entendia o desenvolvimento como resultante da difusão de ideias e de elementos culturais com fluxo originário nos países desenvolvidos e fluxos direccionados aos países subdesenvolvidos. A difusão da inovação seria, nesta perspectiva, o elemento imprescindível para vencer a resistência à mudança das sociedades mais tradicionais, num modelo de difusão da metrópole para as capitais provinciais e das capitais provinciais para as zonas interiores das periferias. Este modelo, concebido originalmente com os Estados Unidos como cenário, poderia aplicar-se às relações entre países

mais e menos desenvolvidos. Por sua vez, a corrente ligada ao método psicológico ou motivacional (McClelland 1961; Hagen 1962; citados por Gifreu 1986) considerava como elemento determinante do desenvolvimento o grau de motivação ou a apetência pelo sucesso dos indivíduos de determinada sociedade. O factor crucial do desenvolvimento residiria, aqui, na iniciativa pessoal, descartando-se, desta forma, o papel desempenhado por outros motores da sociedade, entre eles os mass media.

O ponto de equilíbrio entre os paradigmas difusionista e de modernização através dos media surge com Wilbur Schramm, com o livro *Mass Media and National Development* (1964), obra escrita por vontade da UNESCO. Schramm defendia que um adequado fluxo de informação, e em particular um uso apropriado dos mass media, podiam prestar contribuição substancial ao desenvolvimento nacional, económico e social. Foi esta a tese inspiradora de quinze recomendações que passaram a integrar o ideário da UNESCO, e das quais destaco a necessidade de planificar um crescimento equilibrado e controlado dos mass media, planificação apoiada por investimentos estatais; o necessário estabelecimento de laços de cooperação entre os organismos estatais responsáveis pelo desenvolvimento dos mass media e pela educação; o desencadeamento de acções tendentes a facilitar a circulação de notícias, com o inerente apoio à instalação de novos media e, se possível, fomentando a criação de indústrias da comunicação.

Os paradigmas da teoria desenvolvimentista dos mass media viriam a ser refutados, com vigor, por adeptos da teoria da dependência, como Pasquali; Paulo Freire que opôs às promessas de progresso automático da teoria difusionista a teoria e a praxis da intervenção popular nos processos de culturização; Capriles que, no campo metodológico, contestaria o modelo empirista e conductista da investigação em que se baseava a teoria desenvolvimentista e os seus postulados funcionalistas, aqui do ponto de vista epistemológico. Os mass media não poderiam, segundo aqueles autores, ser perspectivados como neutros e capazes de produzir automaticamente o desenvolvimento.

O contexto histórico subjacente às propostas de Schramm – a Guerra Fria; a emergência de uma série de novos países em consequência do processo de descolonização; o Movimento dos Não Alinhados; a corrida espacial e o lançamento dos primeiros satélites de comunicações – faria emergir um novo debate, centrado, agora, na defesa de uma Nova Ordem Internacional da Informação, intrinsecamente articulada com a reivindicação de uma Nova Ordem Económica Internacional. As-

sim, chegamos a 20 de Novembro de 1983, data em que foi publicado, pela UNESCO, em Paris, o documento 'Princípios Internacionais de Ética Profissional do Jornalismo'. Assim, o 'direito do público a uma informação verdadeira', 'adesão do jornalista à realidade objectiva', 'responsabilidade social do jornalista', 'respeito dos valores universais e da diversidade de culturas', eram alguns dos princípios que integravam o documento, que foi fruto do seu tempo, marcadamente ideológico, como bem sublinhou Niceto Blázquez (1995: 241). O moroso processo da elaboração do documento da UNESCO deixou transparecer um claro antagonismo entre as concepções liberais do Ocidente e as teses marxistas defendidas pelos representantes dos países de Leste.

Constatava-se a poderosíssima influência dos media na vida contemporânea à escala mundial, o que fazia crescer o grau de responsabilidade moral que incumbia aos profissionais da informação. Nota-se, no documento, uma preocupação quase obsessiva pela questão da paz mundial, convertendo os jornalistas em seus promotores activos. Na directriz número três destaca-se a função social da informação jornalística, a informação entendida como um bem social e não como um mero objecto de mercado, pressuposto necessário para o fomento de uma nova ordem mundial da informação e da comunicação.

A promoção da NOMIC (sigla que passou a designar a alegada Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação) era expressa com detalhe no décimo e último princípio do documento de Paris:

O jornalista trabalha, no mundo contemporâneo, na perspectiva do estabelecimento de relações internacionais novas, em geral, e de uma nova ordem da informação, em particular. Esta nova ordem, concebida como parte integrante da nova ordem económica mundial, tem em vista a descolonização e a democratização no campo da informação e da comunicação, tanto nos planos nacional como internacional, tendo por base a coexistência pacífica entre os povos, no respeito pleno da sua identidade cultural. Ao jornalista incumbe o dever particular de promover esta democratização das relações internacionais no campo da informação, salvaguardando e promovendo as relações pacíficas e amistosas entre povos e Estados.

Com a passagem dos anos, desde então, porém, a UNESCO haveria de deixar cair, em muitos outros textos (em particular, Carta Sobre a Liberdade de Imprensa, Londres, 1987; Declaração de Chapultepec, 1994), a defesa da NOMIC, nos estritos termos do texto de 1983, passando a preocupação maior a residir na defesa de uma 'nova estratégia da comunicação', onde se destacava a necessidade de desenvolver e fortalecer

os media dos países em vias de desenvolvimento. Para uma boa consecução deste desiderato, os países pobres exigiram (e conseguiram) um reforço substantivo das verbas destinadas ao PIDC, Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação.

Como pano de fundo do debate em torno da NOMIC, interessa aqui sublinhar um ponto específico, recorrentemente levantado pelos países em vias de desenvolvimento. Estes consideravam-se (e continuam a considerar-se) vítimas de graves desigualdades em matéria de fluxos de informação entre o Norte e o Sul, acusando de exagerada, deformada e falseada a forma como os media do Norte vão reflectindo e noticiando as realidades nacionais dos países pobres. Com base nesse pressuposto, reclamam, repetidamente, um re-equilíbrio dos fluxos de informação. Acontecia, assim, aquando da publicação da Declaração de Paris (1983), acontece ainda hoje.

Com efeito, o relatório mundial da UNESCO sobre a comunicação, de 1997, constata que os fluxos de informação continuam a dar larga vantagem ao Norte, uma continuidade de desequilíbrio enfatizada pela comunidade de investigadores que se têm debruçado sobre este tema. Quirós Fernández (1998: 25-26), por exemplo, destaca três notas essenciais na caracterização da ordem informativa internacional, nos anos mais recentes:

- 1) A diferença de recursos entre o centro e a periferia do sistema. Hoje comunicamos mais do que nunca e, no entanto, as diferenças são mais acentuadas que nunca. Existe um mundo informativamente opulento (o centro do sistema) e um mundo informativamente muito pobre (a periferia).
- 2) O reduzido número de países fonte ou países emissores da informação internacional, dentro dos quais se pode observar um grau de concentração muito elevado com expressão nos conglomerados transnacionais. A maioria desses conglomerados encontra-se nos países mais ricos do sistema, principalmente nos Estados Unidos.
- 3) A unidireccionalidade dos fluxos de informação, destacando-se outra particularidade, em casos de suposta reciprocidade: os que gerem o fluxo de retorno são, sobretudo, agentes dos media ocidentais, cujos critérios surgem determinados pelo seu próprio sistema cultural e pelo mercado que compra a informação.

Segundo estudo do Ministério alemão da Cooperação para o Desenvolvimento, em 1983, a informação referente aos países do Sul ocupava apenas 4,5% de toda a informação sobre o estrangeiro, na Alemanha. Hanelore Döbler (2002) afirma que, depois da queda do Muro de Berlim, em 1989, esta percentagem se tornou ainda mais reduzida: 'Os

conflitos do leste europeu são, de todos os pontos de vista (humano, económico, político), mais urgentes de ser noticiados do que qualquer guerrilha do outro lado do hemisfério'.

Por sua vez, Larson, McAnany e Storney (1986), num estudo efectuado ao noticiário americano CBS Evening News, notaram que a América Latina ocupava o penúltimo lugar na lista de menções ou aparições (seguida por África). No entanto, e apesar desta escassa participação nos noticiários, subia ao segundo lugar no referente a notícias sobre conflitos: 29,3% das notícias sobre a América Latina reportavam a crises e conflitos, percentagem que atingia os 37,7%, para África.

O panorama do Terceiro Mundo, maltratado, quando não é ignorado, longe de ser exclusivo dos telejornais, se estende à restante programação televisiva. Em 2002, foi divulgado um estudo efectuado aos conteúdos da televisão britânica, conclusões denunciando a exclusão dos países subdesenvolvidos de programas de informação de regularidade não diária, assim como dos documentários:

Os britânicos sabem cada vez menos o que se passa nos países de Terceiro Mundo. A culpa, segundo um estudo da 3WE, uma rede que congrega organizações de solidariedade internacional, é das televisões que desinvestiram nos documentários e programas de informação sobre o quotidiano dos países subdesenvolvidos. O entretenimento e o lazer tomaram o lugar da informação e análise. E esses países passaram a ser retratados apenas através de 'reality shows', magazines de viagens e espectáculos de variedades, tendência que se manteve mesmo após o 11 de Setembro (*Público*, 15.07.2002).

Os resultados de muitas destas pesquisas levam investigadores vários a alertarem para os perigos de um mundo hegemónico, perigos assentes na manipulação da informação a favor das grandes potências, a favor do Norte rico e civilizado contra o Sul pobre e selvagem.

Apesar do abandono da NOMIC, a UNESCO continua, ano após ano, a alertar para os riscos de um crescente desequilíbrio dos fluxos informativos produzidos pelos ricos do Norte e pelos pobres do Sul. A opulência dos primeiros se expande na mesma proporção que a miséria dos segundos. Nos anos mais recentes, um dado novo veio bater à porta do Norte, obrigando ao despertar de algumas consciências (entre as quais as de alguns jornalistas) em torno do tratamento das notícias do Outro, das novas do estrangeiro, tendo a ver com as hordas de migrantes de-

serdados do Sul que alguns (media incluídos) vêm batendo cada vez com mais força e mais frequência às portas do Norte rico. O acentuar do paulatino, mas constante decréscimo das taxas de natalidade dos países ricos obriga, qual fatalidade, ao recurso a mão-de-obra estrangeira. No caso concreto da União Europeia, aos magrebinos, africanos subsaarianos, asiáticos e latino-americanos vieram juntar-se, ultimamente, os desencantados com os amanhãs que deixaram de cantar no Leste europeu. Este alegado aumento dos fluxos migratórios potencia a existência de choques culturais e tem provocado, como é do conhecimento geral, alterações preocupantes no xadrez político-partidário de alguns países da União, com um crescimento fulgurante da extrema-direita xenófoba, bem como o registo de alguns acontecimentos dramáticos tendo os imigrantes como protagonistas ou como alvo.

Num ápice se encontram os desempenhos dos media, no que diz respeito ao tratamento do Outro entre nós, do Estrangeiro cá dentro. Os resultados das análises deram positivo quanto à responsabilidade dos media num alegado fomento, mesmo que subliminar, de preconceitos e estereótipos dos civilizados europeus para com a mão-de-obra muito barata, mas de outra cor, insatisfeita e maltratada que provinha do Sul.

Foi o que se constatou em França, nas eleições presidenciais de 2002. Os media trataram de acentuar, durante anos, o tema da insegurança urbana; de localizar grande parte da violência (individual ou sobretudo em bando) nos arrabaldes das grandes metrópoles, com associação fácil aos imigrantes que habitam estas zonas periféricas. Os resultados estão à vista de todos, como bem assinalou Mário Mesquita (2002):

A agenda mediática do debate eleitoral, centrada no tema da insegurança, por opção de Chirac e de Le Pen - insuficientemente contrariada pela 'esquerda plural' - foi outro factor favorável ao populismo 'lepenista'. A exploração do medo do 'outro' (árabe, negro, imigrante...), reforçada pela hipermediatização de algumas 'ilustrações' da 'desordem' (designadamente o massacre na assembleia municipal de Nanterre e o assassinio de um idoso em Orleães, na véspera da votação), ajudou a alcandorar o líder do Front National ao lugar de número dois da política francesa.

Os jornalistas descobriram há três meses um número incrível de assassinatos repugnantes, desumanos, e dão-lhes um destaque extraordinário, repetem-nos tanto que poderíamos crer que Paris, Marselha ou Lyon eram 'campos de tiro' em que se exercitam impunemente bandidos sardos, sobreviventes da Chicago de 1930,

ustachas croatas do tempo de Hitler, revolucionários russos do século 19, panteras negras vindas dos Estados Unidos, cangaceiros e jagunços, sem falar de jacarés, piranhas e tigres de Bengala - reportava Stefan Braendle, jornalista do austríaco *Der Standard* (Excertos do *Der Standard*, *Le Soir* e *Corriere della Sera*, publicados no artigo de Mário Mesquita).

Qualquer semelhança com a histeria mediática do último Verão em Portugal, no que se refere à onda de crimes, e que incluiu um dramático sequestro em directo, talvez não seja pura coincidência. Entretidos a dar notícias do Outro, quando lá fora sentimos calafrios ao sabermos de notícias do Outro, quando cá dentro, descobrimos que o Outro está entre nós, tantas vezes pintado com as cores garridas da bizarraria, preconceitos e estereótipos.

Jornalistas fazem o jogo eleitoral da insegurança, amplificando em demasia a cobertura noticiosa da violência urbana, criando nos cidadãos um medo do crime que estes graduam em função da difusão e litania mediática, e não tendo por base estatísticas fiáveis. Neste cadinho, é fácil germinarem programas securitários, substituindo-se com mais facilidade a prossecução de um Security State que um Welfare State. Por detrás da cortina mediática, mantêm-se vivas, e sem solução, as causas sociais geradoras da violência. Ficando estas causas por detrás da cortina, mais fácil se torna aos políticos eximirem-se à responsabilidade de as combater.

À desmesurada inflação, nos media, do tema insegurança – abundantemente associada aos imigrantes – a que se contrapõe um quase apagamento noutras zonas que permitiriam, à partida, uma visibilidade positiva (caso da programação televisiva extra-jornalística), acrescenta-se outro dado, com responsabilidades que alguns autores também atribuem à comunicação social: a veiculação de notícias e de reportagens que deixam passar a imagem de que o Norte rico assiste, impotente, a uma invasão cada vez mais significativa e quase incontrolável de imigrantes provindos do Sul. Essa cobertura noticiosa, acusam alguns, tem respaldado medidas securitárias tomadas por vários governos, tendentes a impermeabilizar a Fortaleza Europa ou a Fortaleza EUA.

Na verdade, há autores que consideram não se registar, actualmente, nenhum aumento significativo de tais fluxos migratórios; outros apontam o dedo à ausência de contextualização das notícias que os media vão veiculando sobre o tema. Todos são unânimes, em qualquer caso, em constatar que o volume e o ângulo escolhidos para o tratamento

deste fenómeno têm criado, na opinião pública, um contexto propício à tomada de medidas visando o reforço das fronteiras, controlando com mais aspereza a entrada de imigrantes. Isto deixa pairar a ideia de que, quem bate à porta do Norte rico, é indesejado, um fardo para sociedades que não necessitam do seu contributo enquanto força de trabalho, dispensando ainda com mais fervor a sua contribuição para o crescimento da violência, nomeadamente nas grandes cidades.

A construção do imaginário internacional pelos cidadãos está dependente de vários factores, que vão do reduto psicológico às influências do meio – família, instituições sociais de vária índole, e, certamente, também os media. Segundo Astorga (2000), os autores que se têm debruçado sobre esta problemática não exibem unanimidade, quer na despiagem dos factores contribuintes à formação desse imaginário, quer na atribuição graduada da influência de tais factores. Tendo por base a necessidade de integração no meio em que está inserido, o indivíduo vai desenvolvendo um conjunto de representações cognoscitivas que lhe permitem classificar os dados que recebe através dos órgãos sensoriais. O arsenal de imagens mentais de que o indivíduo incorpora na sua relação com os outros, inclui uma vasta gama de estereótipos – privados ou públicos, tradicionais ou contemporâneos, sexistas ou étnicos, glorificadores ou minorizadores – que são mobilizados aquando da formação de imagens sobre outros países, culturas ou povos. As fontes externas desempenham papel variável na formação de imagens estereotipadas do Outro, de modo que, tais fontes vêm a sua influência potenciar-se conforme as pessoas não têm conhecimento para confrontar a realidade por detrás dos atributos estereotipados.

A formação de imagens sobre o Outro quando lá fora pertence a este domínio de maior influência das fontes externas, dada a impossibilidade sentida pela maior parte dos cidadãos de contactar directamente com realidades, hábitos, culturas longínquas. Os órgãos de comunicação social desempenham aqui papel de relevo. É essa, aliás, uma das cláusulas do seu caderno de encargos, considerada não como um ditame, mas como uma virtualidade que todos ostentam com deleite, um enfatizador totalizante propalado à exaustão: os media precisam ter sempre tudo para noticiar, tudo para mostrar, indo ao fim da esquina, mas também ao fim do mundo, todos os dias, em todos os lugares, em todas as distâncias e horas.

Nesta linha, se inserem as conclusões de vários estudos de agenda-setting, apontando, como sublinha Nelson Traquina (1995: 207-8), para uma maior influência dos media nas questões chamadas *unobstrusive*

– por exemplo, questões de política externa – por contraponto com as questões chamadas *obstrusive*, ou seja, assuntos conspícuos para os quais as pessoas podem mobilizar a sua experiência directa.

Entre os vários media, a televisão assume aqui papel primordial, quer pelo efectivo de consumidores que mobiliza todos os dias (em número significativamente superior ao da imprensa escrita ou da rádio); quer pelo tempo que os cidadãos lhe dedicam, também bastante superior ao despendido na fruição de outros media; quer ainda pelo tipo de público a que se dirige. Sendo, como é sabido, um media transversal, a televisão recolhe mais telespectadores junto das classes baixa e média/baixa, por natureza as que se encontrarão menos munidas de instrumentos que lhes permitam questionar a informação recebida (por ex: maior índice de analfabetismo, puro ou funcional; ou, quando alfabetizadas, com habilitações académicas inferiores às das classes alta e média/alta). Por natureza, este é também o público que menos vezes recorre a outros meios (rádio, imprensa escrita, internet), para um saudável exercício do contraditório. E são também o tipo de audiência que dispõe de menos meios para viajar, podendo conhecer, em primeira mão, o Outro quando lá fora, e não por mediação da televisão. Em consequência, o volume de questões *unobstrusive* ganha relevo muito mais significativo junto dos indivíduos que se informam exclusiva ou primacialmente através dos telejornais. O corolário lógico desta constatação obrigaria a uma maior responsabilidade social do meio/televisão, no que se refere à formação de produtos informativos, em geral, e das notícias veiculadas sobre o estrangeiro, em particular.

Não acontece assim. A selecção dos *gatekeepers* televisivos portugueses – constrangida de facto pelo maior volume de desgraças produzidas por tal grupo de países; manietada pela falta de recursos (compreensível pelo facto de tais profissionais não trabalharem num país rico; menos compreensível se tais recursos se manifestarem escassos apenas pelos apetites de lucro dos detentores dos canais televisivos); subordinada, muito frequentemente, ao produto fornecido pelas agências noticiosas – tal selecção revela, em última instância, uma linha norteadora determinada a expor o que de pior acontece nos países do Terceiro Mundo. Desta forma, nota-se um predomínio avassalador da notícia-mercado em detrimento da notícia-serviço. O jornalismo televisivo funciona, neste caso concreto, como redutor do campo de conhecimentos dos indivíduos. E isto por privilegiar os epifenómenos em detrimento da origem, natureza e essência dos acontecimentos, processos e situações.

O fenómeno não é, obviamente, exclusivo das televisões portu-  
gue-

sas; vale de pouco, mas valha-nos isso; não é patente que o jornalismo televisivo possa registrar, mas é sem dúvida uma prática que nos deve preocupar a todos, a começar, desde logo, pelos que detêm um presumido, mesmo que débil poder de agendar. E deve-nos preocupar, pela contribuição para a formação, nos telespectadores, de um imaginário tenebroso do Terceiro Mundo. De igual modo, pelas consequências também que daí poderão advir para os cidadãos consumidores de notícias televisivas, com a indução de estereótipos e preconceitos e o fomento do medo em relação ao Outro diferente de nós. A exigência de responsabilidade social e cívica é ainda mais forte, quando a contribuição para a formação de estereótipos excluentes do Outro se vai reflectindo e ajudando a deteriorar o quadro relacional de uma sociedade como a portuguesa, onde, a exemplo da União Europeia a que pertencemos, vão germinando focos de conflitualidade entre autóctones e alóctones, trocando as voltas a um fluxo que já teve sentido inverso, quando de Portugal saíam muitas malas de cartão.

Olhamos para as notícias dos últimos dias e ficamos sabedores de que a Espanha precisa urgentemente de 100 mil imigrantes qualificados por ano (*Diário Digital*, 23.10.2008) que em Lisboa mil pessoas se manifestaram contra a ‘perseguição, criminalização e estigmatização dos imigrantes ilegais na UE’, pedindo que deixem de ser olhados ‘como meras mercadorias, com um olhar estigmatizante e de desprezo’ (*Público*, 12.10.2002). Destaco uma frase ouvida nessa manifestação: ‘TODA A GENTE DEVE TER DIREITO A DIREITOS MÍNIMOS’.

No entanto, ao levantar os olhos do jornal, deparei-me com um outdoor no qual pintaram um avião e a frase ‘Façam boa viagem’. Encimando o avião simbolicamente negro, lemos mais: ‘Basta de imigração. Nacionalismo é a solução. Portugal aos portugueses’. Ao passear os olhos pela rotunda, vi mais: uma ovelha ariana expulsando à patada seis ovelhas negras, de seus nomes ‘Criminalidade’, ‘Fronteiras abertas’, ‘Subsidio-dependência’, ‘Desemprego’, ‘Baixos salários’, ‘Multiculturalismo’. Respirei fundo, sabendo que quem quer o Outro lá fora, mas bem lá fora, é um partido de expressão quase nula em Portugal, para logo ficar sem ar, quando liguei a rádio e ouvi a líder do principal partido da oposição atribuir, como um dos méritos das anunciadas grandes obras públicas o combate ao desemprego, mas da Ucrânia e de Cabo Verde. Questionada se não considera que ‘as obras públicas ajudarão, pelo menos, o factor desemprego’, respondeu: ‘[Ao] desemprego de Cabo Verde, desemprego da Ucrânia, isso ajudam. Ao desemprego de Portugal, duvido’.

Passando em revista os comentários a esta notícia, comentários publicados na web, o aplauso supera a reprovação, em alguns casos com um óbvio preconceito racial, que mora, em estado latente, em muitos de nós, em muitos de vós. Pronto a irromper ao mínimo estímulo ou, sendo condescendentes, a uma cadenciada sucessão de estímulos. Não é só nos Estados Unidos que se teme o efeito Bradley, por certo substituído pelo efeito Obama, caso o senador tivesse perdido as eleições. O efeito Bradley mora, em estado latente, em muitos de nós, pronto a irromper ao mínimo estímulo, ou, sendo condescendentes, a uma cadenciada sucessão de estímulos. E é isso, infelizmente, o que os telejornais portugueses vão fazendo. Fazem as nossas cabeças, de mansinho, subliminarmente, sem que nos demos conta do perigo. Porque o veneno surge maquiado com as cores exuberantes do politicamente correcto, do cidadão de etnia cigana em vez do cigano, do afro-americano em vez do negro, do toxicodependente em vez do drogado. Só que o politicamente correcto esconde selecção correctiva, mais ainda quando se trata de noticiar o Outro quando lá fora. Acontece que o Outro, o de lá de fora, começa a estar cada mais vez mais cá dentro.

Assim, dos 102.492 bebés que nasceram em Portugal em 2007 – ano em que a população entrou em crescimento natural negativo – 9,6% nasceram de mães estrangeiras, segundo os dados demográficos do Instituto Nacional de Estatística (INE). O aumento dos imigrantes em Portugal tem sido, aliás, um dos travões ao declínio demográfico. E, em termos de natalidade, os números do INE mostram que, entre 2002 e 2007, a proporção de nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira aumentou 6,7 para os 9,6% registados o ano passado. Se somarmos os casos em que é o pai a ter nacionalidade estrangeira, a percentagem aumenta de 8,8 para 11,8%, no mesmo período. Em termos absolutos, as mães estrangeiras residentes em Portugal tiveram 9.887 crianças no ano passado, o que representa uma média de 27 bebés por dia. Destes, 6.676 nasceram de pai e mãe estrangeiros e 2.881 nasceram de mãe estrangeira e pai português (os restantes 330 aparecem como filhos de pais cuja nacionalidade é ignorada) (Faria, *Público*, 29.10.2008).

Por outro lado, em 2007, segundo o INE, Portugal registou uma taxa de nupcialidade de 4,4 casamentos por cada mil habitantes, o valor mais baixo desde 1990. Face a esta alteração na sociedade portuguesa, a subida de matrimónios entre portugueses e estrangeiros ganha um peso ainda mais acentuado. Há dez anos, os chamados casamentos mistos representavam 1,9% do total; o ano passado, 12,2. O número de casamentos entre portugueses e estrangeiros registados em Portugal

mais do que quadruplicou em dez anos.

Por outro lado, a notícia é do passado dia 3 de Novembro: ‘Número de empresários imigrantes cresceu quase 2% em cinco anos’. Entre 2000 e 2005, a importância relativa de estrangeiros no total de trabalhadores por conta própria passou de 3,6 para 5,4%. Olhando um intervalo temporal mais longo, duas décadas, em 1981 tínhamos 4.500 empregadores estrangeiros, em 2001 a cifra atingiu os 20.500 (Jornal de Notícias, 03.11.2008).

A notícia é desta manhã, 10h 33’. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) deverá ter 110 milhões de habitantes mais em 2050, passando para cerca de 357 milhões de pessoas, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo um relatório apresentado esta quarta-feira em Lisboa. Os dados do estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) apontam para um crescimento da população de cerca de 44% nos países da CPLP que, em 2050, concentrará quase 4% do total da população mundial, devendo ser de 9,1 biliões de pessoas. O relatório do UNFPA, que traça o retrato da população mundial, não apresenta, porém, dados relativos a São Tomé e Príncipe, cuja população actual está estimada em cerca de 206 mil pessoas. Dos sete países da CPLP abrangidos, todos vão registar um crescimento populacional até 2050, à excepção de Portugal que perderá habitantes, estimando a ONU que passe dos actuais 10,7 milhões para 10 milhões.

Preparava-se o século XIX para dobrar a quadra dos finados e o Jardim de Aclimação de Paris regorgitava de gente atraída pelo zoo humano, uma mostra de seres humanos exóticos, selvagens para a curiosidade dos civilizados franceses. Nada de novo, porém, e muito menos cruel que o espectáculo oferecido em 1832 por um feirante, primeiro em exposição ambulante, depois com residência fixa na Rue du Rivoli. O de 1832 oferecia, em jaula e com regulares chicotadas, os quatro últimos representantes da tribo dos Charruas (índios que nomadizavam entre o Uruguai e a Argentina, antes da sua exterminação). Houve quem protestasse, Razanajao (2001) lembra ter o sabujo fugido para a Alemanha, levando consigo as atracções. Na Alemanha, o comerciante de animais selvagens Karl Hagenbeck exhibia Samoas e Lapões como populações totalmente naturais. Tal o sucesso que mandou colaborador seu ao Sudão egípcio à caça de animais, e também de Núbios para renovar a atracção. Em 1877, o zoo humano do Jardim de Aclimação de Paris também gerou protestos, mas de nada valeram. A moda pegou noutras capitais, de Bruxelas a Londres e Berlim os antropólogos consideravam-

no um achado nunca sonhado, espécimes à mão para as competentes medidas antropométricas. A Exposição Universal de 1889 não tinha apenas a Torre Eiffel como atracção, também uma cidade negra habitada por 400 figurantes indígenas; a Universal de 1900 apresentava o célebre diorama vivo sobre Madagáscar. Houve mais do género, nas exposições coloniais de Marselha (1906 e 1922) e de Paris (1907 e 1931). Sem contar com as inúmeras representações programadas no Champ-de-Mars, nas Folies-Bergère ou na Magic City.

‘Não havia uma cidade, uma exposição e um francês que não tivessem visto, numa tarde ensolarada, uma reconstituição, com seres reais, das regiões selvagens, povoadas de homens e animais exóticos, isto entre um concurso agrícola, a missa dominical e um passeio pelo lago’ – notam Bancel, Blanchard e Lemaire (2000). E acrescentam: ‘Foi assim que milhões de franceses, de 1877 aos inícios dos anos 30, foram ao encontro do Outro. Um outro posto em cena e em jaula. Quer se tratasse de gente anormal vinda de todos os cantos do mundo ou indígena do Império, tal facto constituiu, para a grande maioria dos metropolitanos, o primeiro contacto com a alteridade. O impacto social destes espectáculos na construção da imagem do Outro foi imenso’.

A moda voltaria, em 2002, desta feita na Bélgica. O parque animal de Champalle ofereceu, durante os meses de Julho e Agosto, uma exposição de pigmeus bakas, vindos expressamente dos Camarões. ‘Partam à descoberta da África negra e dos Pigmeus [...] Eles estão em Yvoir; pela primeira vez, vieram dos Camarões até à Bélgica para vos mostrar a sua cultura, o seu modo de vida, as suas danças’ – incitava o site da autarquia local. Desta feita, tratava-se, segundo os organizadores, de uma operação humanitária, com fundos alegadamente destinados a financiar furos artesianos, quatro centros de saúde e quatro escolas no sul dos Camarões. ‘Eles cantarão e dançarão para agradecer a vossa presença’, informava um folheto distribuído à entrada. Houve protestos, o Centro para a Igualdade de Oportunidades belga (CEC) reconheceu as louváveis intenções do projecto, criticando, porém, a escolha do lugar, conhecido como parque animal e botânico, e o *modus operandi* que recorda um passado colonial e paternalista (Majerczak, Libération, 9.08.2002).

Em 1904, Ota Benga, pigmeu do Congo, 23 anos, um metro e meio de altura, 47 quilos, por duas vezes casado, foi trazido pelo explorador africano Samuel Werner para os Estados Unidos, entregue aos cuidados do director do Zoo do Bronx. Apresentado no mesmo ano, ao público, na Feira Mundial de St. Louis, na companhia de outros pigmeus, regressou, em seguida, ao Zoo de Bronx, onde permaneceu largos anos,

numa jaula de macacos. ‘Pela primeira vez na história de todos os zoológicos americanos, um ser humano era apresentado numa jaula. O director do zoo do Bronx não descortinava diferenças aparentes entre os animais selvagens e o pequeno homem negro’, afirma Jerry Bergman (2002). (Sobre as razões aduzidas pelo promotor da exposição, o belga Louis Raets, ver Metdepenningen, *Le Soir*, 12.08.2002. Sobre a posição da embaixada dos Camarões na Bélgica, ver Tchienehom, *Le Messenger*, s/d). Milhões acorreram ao zoológico, atraídos por tão bizarro fenómeno. Só num domingo, o *New York Times* [18.09.1906] contara 40 mil visitantes. O engrossar dos protestos fez com que Bi (nome carinhoso por que era conhecido) deixasse a jaula, indo trabalhar para uma fábrica de tabaco na Virgínia. Em 1916, matou-se, com uma pistola emprestada.

Talvez fosse importante afixar a história de Ota Benga nas redacções televisivas, também a dos Charruas chicoteados, dos Núbios, dos Samoas, dos Lapões. Os *gatekeepers* talvez pensassem duas vezes antes de se decidirem pela introdução, na gaiola catódica, de muitas estórias sobre os Bengas deste mundo, incapazes de se libertarem das grades que os confinam ao desprezo e a uma vida muito longe da liberdade.

## REFERÊNCIAS

- Astorga, Gabriela de la Peña  
2000 ‘La Visión del “Otro”’: Una Propuesta del Concepto de Imaginario Internacional en la Investigación de la Comunicación’. In *HIPER-Textos*, Instituto Tecnológico de Monterrey, México, 1, Julho-Dezembro. URL: <http://www.gmjei.com/journal/index.php/hip-text/article/viewFile/222/206>
- Bancel, Nicolas; Blanchard, Pascal; Lemaire, Sandrine  
2000 ‘Des Exhibitions Racistes qui Fascinaient les Européens: Ces Zoos Humains de la République Coloniale’. *Le Monde Diplomatique*, Agosto. pp. 16-17. URL: <http://www.monde-diplomatique.fr/2000/08/BANCEL/14145>.
- Barbero, Jesús Martín  
1998 ‘Pistas para Entrever Medios y Mediaciones’. Prefácio do livro *De los Medios a las Mediaciones*. Bogotá: Colômbia. Convenio Andrés Bello
- Bénilde, Marie  
2008 ‘Journaliste, ou Copiste Multimédia?’ *Le Monde Diplomatique*. Agosto. URL: <http://www.monde-diplomatique.fr/>.

- Bergman, Jerry  
2002 'OTA BENGA: The Man Who Was Put on Display in The Zoo!'. Onehumanrace.com, 27.09.2002. URL: <http://www.onehumanrace.com/>
- Blázquez, Niceto  
1995 'UNESCO: Princípios de Ética Profissional del Periodismo'. In *Éticas de la Información y Deontologías del Periodismo*, Editado por Enrique Perales e Enrique Bonete. Madrid: Editorial Tecnos.
- Diário Digital  
2008 'Espanha Precisa de 100 mil Imigrantes Qualificados por Ano', n/a, 23.10.2008. URL: [www.diariodigital.pt](http://www.diariodigital.pt).
- Döbler, Hanelore  
2002 'Cobertura Informativa: Un Cuadro Patológico – El "Tercer Mundo" em los Medios Europeos'. In *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación* 77, Ecuador.
- Faria, Natália  
2008 'Estrangeiras são Responsáveis por 9,6 Por Cento dos Nascimentos'. *Público*, 29.10.2008. URL: [www.publico.pt](http://www.publico.pt)
- Fernández, Fernando Quirós  
1998 *Estructura Internacional de la Información*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Gifreu, Joseph  
1986 *El Debate Internacional de la Comunicación*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Jornal de Notícias  
2008 'Imigração: Número de Empresários Imigrantes em Portugal Cresceu Quase Dois por Cento em Cinco Anos', 03.11.2008. URL: [www.jn.pt](http://www.jn.pt)
- Larson, J. F.; Mcanany, E. G.; Storney, D.  
1986 'News of Latin America on Network Television, 1972-1981: A Northern Perspective on the Southern hemisphere'. In *Critical Studies in Mass Communication*, 3 (2). pp.169-83.
- Leblanc, Gérard  
1989 'A Actualidade Trágica'. *Revista de Comunicação e Linguagens* 9 (Televisão – Estratégias, Discursos, Tecnologias). pp.87-90.
- Majerczak Julie  
2002 'Un Village Pygmée Exposé dans un Parc Animalier Belge'. *Libération*, 9.08.2002. URL: [www.liberation.com](http://www.liberation.com)

Metdepenningen, Marc

2002 'Les Pygmées ne Repartiront pas Sans Rien'. *Le Soir*, 12.08.2002. URL: <http://users.skynet.be/wirira/pygmees-lsoir-120802.htm>

Mesquita, Mário

2002 'O Psicodrama Francês'. *Público*, 5.05.2002. URL: [www.publico.pt](http://www.publico.pt).

Pedersen, Daniel

1994 'E Agora as Notícias'. *Expresso*, Caderno VIVA, serviço Expresso/Newsweek, 16.04.1994.

*Público*

2002 'Manifestação contra Xenofobia Reúne mais de Mil Pessoas em Lisboa', n/a, 12.10.2002. URL: [www.publico.pt](http://www.publico.pt).

Ramonet, Ignacio

1998 *La Tiranía de la Comunicación*. Madrid: Editorial Debate.

Razanajao, Claude

2001 'Chronique du "Furetaire"'. AVBC. URL: <http://www.valborgne.org/images/01furetai.pdf>.

Schramm, Wilbur

1964 *Mass Media and National Development*. Stanford, CA: Stanford University Press.

Shinar, Dov

1997 'La Guerra y la Paz como Noticia: El Caso del Medio Oriente'. In *Cuadernos de Información 12*, Facultad de Comunicaciones, Pontificia Universidad Católica de Chile. URL: <http://www.per.puc.cl/periodis/>

Sousa, Jorge Pedro

sd 'A Informação Internacional na Imprensa Ibero-Americana: Uma Visão Portuguesa'. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. URL: [http://bocc.ubi.pt/pag/\\_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-duas-semanas.html#\\_ftn2](http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-jorge-pedro-duas-semanas.html#_ftn2)

Tchienehom, Jean Vincent

sd 'Les Belges, les Pygmées et le Cameroun'. *Le Messenger*, Douala, Camarões, s/d. URL: <http://www.wagne.net/messenger/messenger/1399/messenger.html>.

Traquina, Nelson

1995 'O Paradigma do "Agenda-Setting": Redescoberta do Poder do Jornalismo'. *Revista de Comunicação e Linguagens 21-22* (Comunicação e Política).

## Notícias do Outro

## News of the Other

## Sumário

## Summary

Uma marca distintiva da cultura de hoje é a intensa retórica acerca dos direitos culturais, crescimento da diferença e promoção da alteridade, na intersecção entre cultura, comunicação e direitos humanos. Na verdade, porém, a representação do outro, nos media, com especial atenção, neste artigo, para os media em Portugal, é também marcada pela exotização, menorização, racialização e criminalização da alteridade, reproduzindo, por outras formas, visões tradicionais acerca de pessoas com origem noutras culturas e geografias, ou com outra cor de pele, como fonte de perigo e objecto justificado de repressão. Neste sentido, os meios de comunicação, que são um fundamental instrumento de expansão da democracia cultural e da emancipação, tomam também parte em novos processos de exclusão, negação da liberdade e supressão da diferença.

**Palavras-chave:** Outro; media; diferença cultural; comunicação, democracia; liberdade.

A distinctive mark of today's culture is the intense rhetoric about cultural rights, growth of difference and promotion of alterity, in the intersection between culture, communication and human rights. In reality, however, the representation of the other, in the media, with special attention, in this article, to the media in Portugal, is also marked by exotization, minorization, racialization and criminalization of alterity, reproducing, by other means, traditional visions about people coming from other cultures and geographies, or with another skin colour, as a source of danger and justified object of repression. In that way, communication media, which are a fundamental instrument of expansion of cultural democracy and emancipation, also take part in new processes of exclusion, denial of freedom and suppression of difference.

**Key-words:** Other; media; cultural difference; communication; democracy; freedom.